



EXPERIÊNCIAS

Experiences

EDUCAÇÃO INCLUSIVA DOS EDUCANDOS COM SURDEZ EM ESCOLAS BILÍNGUES OU REGULARES

Inclusive education of pupils with deafness in bilingual or regular schools

Luciane Rosa Soares¹⁸

Daniela Josefina de Andrade¹⁹

Lucinéia Rosa Soares²⁰

RESUMO

O trabalho foi realizado com o intuito de analisar qual das duas modalidades de ensino beneficia mais o educando com surdez. O mesmo foi baseado em experiências obtidas no Projeto Reforço Escolar em Libras e por revisão de autores, leis e decretos referentes a surdez²¹. Este artigo abordou os prós e contras das duas modalidades de educação para surdos, a regular e bilíngue, expõe como a educação inclusiva vem sendo encarada nas instituições de ensino, como o surdo tem sido assistido no processo educativo, busca com-

ABSTRACT

The study was conducted in order to analyze which of the two types of education more benefits the student with deafness. The same was based on experiences gained in the Project Strengthening School in Pounds and review authors, laws and decrees related to deafness. This article discussed the pros and cons of the two modalities of education for the deaf, regular and bilingual, exposes how inclusive education is being seen in educational institutions such as the deaf has been assisted in the educational process, seeks to un-

¹⁸ Pós graduada em Neurociência da Educação, Faculdade Cantares de Salomão (FEICS) e Pós graduada em Língua Brasileira de Sinais, Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI). Professora da Faculdade Integrada de Sorriso (FAIS), MT. Contato: luciane_libras@hotmail.com.br

¹⁹ Pós graduada em Psicopedagogia, Faculdade Institucional MT (IMP). Professora, Faculdade Integrada de Sorriso (FAIS), MT. Contato: danielaj_andrade@hotmail.com

²⁰ Tradutora Interprete de Língua de Sinais, pelo Atesto do Centro de Apoio e Suporte à Inclusão da Educação Especial (CASIES), e Instrutora de Língua de Sinais, pelo Exame Nacional para Certificação de Proficiência no uso e no ensino de Libras (PROLIBRAS). Coordenadora do Núcleo de Atendimento à Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT). Contato: lucineia.rosa@srs.ifmt.edu.br

²¹ Autores e leis citados, Brito (1993), Fernandes (1973), Franco (1999), Lacerda e Caetano (2011), Limeira (2002), Moura (1999), Sasaki (1997), Silva (2005), Kubaski (1994), Organização das Nações Unidas (1994), Lei 10.436 de 24 de Abril de 2002 e Decreto 5.626 de 22 de Dezembro de 2005.

preender os aspectos positivos e negativos das duas modalidades de educação para o surdo. Mostra as dificuldades enfrentadas por estes para conseguirem ter uma educação de qualidade, aonde nem sempre as escolas estão preparadas para eles, assim como a falta de Interpretes, fato que ocasiona um entrave para o desenvolvimento destes. Por fim, ressalta que independentemente de qual modalidade de educação seja a melhor, no final o importante é o desenvolvimento das habilidades cognitivas e sociais do educando com surdez. A metodologia foi realizada na Escola Estadual José Domingos Fraga, por meio do Projeto Reforço em Libras de Sinais, onde o mesmo é ministrado em Libras. Notou um avanço significativo no desempenho dos educandos.

derstand the positive and negative aspects the two modalities of education for the deaf. It shows the difficulties faced by them have to achieve quality education, where not all the schools are ready for them, as well as the lack of interpreters, a fact that causes an obstacle to the development of these. Finally, points out that regardless of what type of education is the best in the end the important thing is the development of cognitive and social skills of the student with deafness. The methodology was held at the State School José Domingos Fraga, through the Strengthening Project in Signal Pounds, where it is given in pounds. He noticed a significant improvement in the performance of students.

Palavras-chave: Inclusão. Sociedade. Surdez. Habilidades.

Keywords: Inclusion. Society. Deafness. Skills.

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa analisar a posição de diversos autores sobre o educando surdo frequentar uma escola regular ou uma escola bilíngue, onde as aulas são ministradas, conforme Moura (2008), na sua “língua materna, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua (L1), e o português é ensinado como segunda língua (L2)”, na forma escrita. O mesmo partiu de experiências vivenciadas no Projeto Reforço em Libras²² e da análise do que defendem diversos autores em artigos e livros que tratam desse assunto.

²² Reforço em Libras é um projeto desenvolvido pelas autoras deste artigo na Escola Estadual José Domingos Fraga, onde as aulas de reforço são ministradas somente em Libras.

Há muito tempo a discussão causa divisão entre grupos sociais que são a favor de uma educação inclusiva e que acreditam que a “mesma só pode acontecer dentro de uma escola regular”, conforme Fernandes (1973), e grupos que também apoiam a educação inclusiva, mas que, assim como Limeira (2006), acreditam que uma “educação de qualidade para educandos surdos, só pode ocorrer por meio de uma escola bilíngue”, em que a Libras seja a linguagem utilizada pelo educador para ministrar suas aulas.

Veremos que, conforme Franco (1999), quando se fala em educação inclusiva, há grupos sociais que definiram que a mesma só ocorre por colocar o indivíduo que possua alguma deficiência em um meio escolar, como se inclusão social se resumisse a possibilitar um ambiente escolar no qual se terá contato com outros indivíduos, deixando, muitas vezes, o papel fundamental da escola de lado, que é fornecer conhecimentos para que o mesmo consiga se formar-se enquanto cidadão, vindo a ser ativo em questões sociais e políticas e desenvolvendo habilidades suficientes para levar uma vida de qualidade pautada nos direitos humanos.

Educação de qualidade, a qual favoreça o desenvolvimento global é um direito de todos conforme a Constituição Federal (1988, art.205), que declara: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Assim exposto, vemos que a educação não deve ser tratada apenas como uma ferramenta de convívio social, mas deve, por lei, formar o cidadão por completo para que este seja ativo no seu grupo social ou comunidade de pertença, assim como ter a capacidade de ocupar um cargo no ambiente de trabalho, o qual deve ser o suficiente para suprir suas necessidades financeiras, assim como emancipação social, preparando para poder constituir sua própria família, desvinculada de ajudas financeiras que podem ser fornecidas por pais ou pelo governo em forma de auxílio.

Buscamos analisar se os princípios citados estão realmente sendo aplicados no ambiente escolar, principalmente quanto aos educandos com surdez. Será que a educação, da maneira como vem sendo desenvolvida, está possibilitando que os deficientes auditivos consigam se desenvolver por completo? Hoje, nas salas de aula, quando há alunos com deficiência auditiva, pela Lei 10.436 de 24 de Abril de 2002 (art. 14), deve “*haver um intérprete*”, mas, com a falta desse profissional, ocorre que, muitas vezes, o educando com surdez fica na sala de aula sem compreender o que o professor está ensinando, pois não tem nem um intérprete nem um professor que possa transmitir o conteúdo escolar na sua língua, a Libras.

Na instituição de ensino onde o projeto citado foi desenvolvido, há doze alunos surdos matriculados em níveis diferentes, distribuídos nos três períodos de ensino, porém a mesma conta com um profissional intérprete, certificado pelo Atesto²³, e uma professora pós-graduada em Língua Brasileira de Sinais auxiliando e interpretando em sala de aula. No entanto, nota-se que se trata de um número inadequado de profissionais intérpretes, resultando num grande déficit na aprendizagem dos educandos surdos que não contam com esse profissional em sala de aula. Assim, o educando fica o período escolar sem compreender com clareza o que o professor está passando para os demais colegas. Muitas vezes, ainda, o professor não possui o domínio da língua de sinais, o que acaba prejudicando o entendimento e aprendizado do educando com surdez. Desse modo, o aluno acaba se tornando apenas “*um copista, em um ambiente no qual não tem suas necessidades atendidas*”, conforme Silva (2005).

Apesar disso, o estudante é passado ano após ano, até que conclua a educação básica, sem sequer ter aprendido os conteúdos necessários para exercer sua cidadania e buscar um emprego em um mercado de trabalho no qual, a cada ano, está mais difícil se encaixar.

As salas de aula atualmente contam com uma imensa diversidade de educandos. Cada um tem uma necessidade específica, assim

²³ Atesto: Certificado de Tradução e Interpretação de Língua de Sinais, pelo Centro de Apoio e Suporte à Inclusão da Educação Especial (CASIES).

como habilidades. Às vezes, uma sala de aula conta, até mesmo, com estudantes de várias regiões do Brasil em um lugar só, fato que ocasiona uma grande diversidade linguística. Embora esta diversidade linguística possa acarretar alguns impasses no entendimento, por parte dos educandos ouvintes, ela não o impede de aprender, diferentemente da diferença linguística do surdo: essa, na maior parte das vezes, sem a presença de um intérprete, se torna uma barreira para seu desenvolvimento acadêmico.

Vejamos o que a autora Silva (2005, p. 43) pensa:

[...] há um imenso abismo entre o mundo acadêmico e o cotidiano escolar. Este cotidiano nos revela, ainda hoje, uma grande lacuna entre o que é realmente proposto em lei, o desenvolvimento do conhecimento produzido nas universidades e a realidade de nossas escolas no que se refere à educação de surdos. Diferentes práticas pedagógicas têm sido desenvolvidas e aplicadas quanto à educação de surdos. No entanto, nota-se que um grande número de surdos, ao concluir sua escolarização básica, não é capaz de ler e escrever fluentemente ou de ter domínio sobre os conteúdos pertinentes a este nível de escolarização. Pode - se, aqui, inferir que esta lacuna esteja diretamente ligada a uma série de fatores que vêm acompanhando o processo educacional do surdo por gerações.

A citação acima deixa bem claro um problema que afeta os educandos com surdez do Brasil que estão matriculados no ensino regular: apesar de cursarem a educação básica inteira, saem da mesma sem saber ler e escrever, fato que impede seu desenvolvimento cognitivo e social. Devido a esses fatores, muitos estudiosos são a favor de uma escola bilíngue, onde o surdo tem suas necessidades atendidas, além de aprender a ler e escrever, habilidades básicas que é direito de todo homem.

Com o projeto *Reforço em Libras* sendo desenvolvido, podemos observar que, ao receberem o mesmo conteúdo ministrado em salas em sua língua materna²⁴, os alunos tiveram uma aprendizagem mais significativa, assim como melhoria nas notas. O autor Brito (1993)

²⁴ Língua Materna: Sua primeira língua oficial; no caso do surdo, é a Língua brasileira de sinais.

é um dos que defende a utilização da Libras como ferramenta indispensável para o desenvolvimento cognitivo do surdo, além de criticar os autores que acreditam que a mesma serve apenas como meio de comunicação, esquecendo da função desta na aquisição dos conteúdos curriculares: “(...) As Línguas de Sinais, por serem naturais e de fácil acesso para os surdos, são extremamente importantes para o preenchimento da função cognitiva e suporte do pensamento” (BRITO, 1993, p. 34). Vimos que, segundo ele, a Libras é um suporte para o desenvolvimento intelectual dos educandos com surdez, a qual é usada nas escolas bilíngues.

Do outro lado, temos os que defendem que somente por meio da inclusão em escolas regulares os educandos com algum tipo de deficiência, assim como a surdez, terão acesso à socialização, como o faz a Organização das Nações Unidas (UNESCO), a qual defende a inclusão em escolas regulares, como se somente por meio destas é possível que o indivíduo com alguma deficiência possa vir a ser parte de um meio social:

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem receber e satisfazer as necessidades diversas de seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos. (UNESCO, 1994, p. 11).

Assim como a UNESCO, há demais autores que acreditam em uma educação inclusiva no ambiente da escola regular, também, que a mesma tem a capacidade de suprir as necessidades específicas de cada educando, respeitando os estilos e ritmos de aprendizagem destes. O autor Sasaki (1997) acreditava na inclusão escolar, que a mesma poderia levar os educandos a perceber que a educação é um direito de todos.

A educação inclusiva representa um passo muito concreto e manejável que pode ser dado em nossos sistemas escolares para assegurar que todos os estudantes comecem a aprender que o ‘pertencer’ é um direito, não um status

privilegiado que deva ser conquistado (KUNC, 1992 *apud* SASSAKI, 1997, p. 123).

O autor expõe sobre os princípios que deveriam ser considerados comuns nesta modalidade de educação pelos professores e membros da comunidade escolar, ao dizer que a mesma “(..) repousa em princípios até então considerados incomuns, tais como: a aceitação dos indivíduos, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana, a aprendizagem através da cooperação” (SASSAKI, 1999, p. 42).

As instituições escolares, sendo elas públicas ou privadas, devem sempre estar preparadas para receber educandos especiais. Independente da necessidade do educando, a escola, juntamente com seu corpo docente, deve suprir todas as necessidades dos educandos visando formar seu educando por inteiro, formar o cidadão por completo, suprimindo as necessidades que eles possuem. Independente da escola ser regular ou bilíngue, se o educando com surdez estiver aí inserido, este deve obter o aprendizado de forma construtiva para sua vida, conforme a Resolução CNE/CEB Nº2 de 2001:

Art 2º: Os sistemas de ensino devem matricular a todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (BRASIL 2001).

Os docentes de alunos com surdez devem reformular sua didática para complementar as necessidades dos mesmos, fazendo com que todos os educandos, tendo ou não uma deficiência, possam obter um aprendizado de qualidade, possibilitando que estes tenham, no decorrer do ano escolar, desenvolvido plenamente sua aprendizagem de maneira satisfatória e significativa, pois, quando há significado no que é aprendido, este fica para sempre. O docente e o intérprete devem trabalhar com uma boa conexão para fornecer um melhor aprendizado aos seus alunos, pois muitas vezes os docentes não possuem a língua de sinais (Libras) e acabam não se preocupando em aprender, devido a terem o intérprete na sala. No entanto, é de fundamental importância o

mesmo ter esse vínculo com seu educando, para acompanhar de perto o desenvolvimento e aprendizado deste.

Segundo Kubaski e Moraes (2009, p. 14) “o importante é a interação entre as duas línguas, para que a criança cresça desenvolvendo suas capacidades cognitivas, linguísticas, afetivas e políticas independente do espaço escolar no qual está inserido”.

O docente é o mediador do conhecimento. Ele deve ter o vínculo com o seu educando e, para que esse vínculo se torne uma ferramenta de conhecimento, o docente deve desenvolver suas aulas usando a Libras. Isso faz com que sua aula fique mais atrativa e, com isso, seu educando tem um aprendizado com significado maior.

Conforme o Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005 (Art. 3), “A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores” para que este esteja habilitado a trabalhar com educandos surdos. Se o docente explorar todas as habilidades e competências de seus educandos: cognitivo, físico e intelectual, ele entrará no mercado de trabalho com mais facilidade e confiança, desenvolvendo a função que lhe for adequada com mais autoestima e propriedade. Qualquer que seja a política educacional na qual o educando com deficiência esteja inserido, tratando-se de escola regular ou bilíngue, deve-se persistir na ideia e objetivo de desenvolvimento pleno do indivíduo capaz de expor suas ideias, refletir, ter opinião e conseguir se tornar um cidadão ativo em nossa sociedade.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

O projeto Reforço em Libras visa trabalhar todas as disciplinas ministradas em sala de aula, mas em Língua Brasileira de Sinais. Além disso, auxilia nos estudos para semana de provas e trabalhos escolares apresentados em sala de aula.

Com o projeto sendo desenvolvido, obteve-se a oportunidade de observar e analisar os grandes avanços que os educandos surdos tiveram, por meio de aulas ministradas somente em libras e com a utiliza-

ção de recursos visuais e materiais concretos que auxiliaram a suprir suas necessidades específicas. Assim como também cita Lacerda Santos e Caetano (2011), esses recursos visuais são indispensáveis e extremamente importantes para o melhor desenvolvimento e aprendizado do educando surdo em sala de aula:

A escola pode colaborar para a exploração das várias nuances da imagem, signo, significado e semiótica visual na prática educacional cotidiana, oferecendo subsídios para ampliar os “olhares” aos sujeitos surdos e à sua capacidade de captar e compreender o “saber” e a “abstração” do pensamento imagético (p. 108).

Afora isso, notou-se que, com o projeto em andamento, os educandos surdos tiveram maior interação com os alunos na sala de aula regular, pois os mesmos passaram a realizar as apresentações e trabalhos, assim como os demais educandos. Eles começaram a apresentar seus trabalhos na língua de sinais, e a docente traduzia simultaneamente para os demais colegas. Quando os colegas tinham questionamentos, a docente interpretava em Libras e os mesmos respondiam fato que antes não ocorria, pois estes eram inseridos em um grupo para realizar os trabalhos, mas, durante a apresentação em sala, os colegas apresentavam e estes ficavam apenas observando, sem interação, o que não proporcionava seu desenvolvimento cognitivo e social.

Após o início dos trabalhos, notou-se um grande avanço na aquisição de conhecimento, assim como um aumento nas notas. Os educandos demonstram satisfação em participar do reforço, assim como dedicação. É uma experiência única tanto para as professoras envolvidas no projeto quanto para os educandos que participam do mesmo. Até mesmo os colegas em sala de aula começaram a se envolver mais e querer aprender a língua de sinais para interagir com os estudantes surdos.

Os pais dos alunos estão comprometidos com o projeto zelando pela frequência dos educandos. Ele é realizado no contra turno e tem caráter voluntário. Conta com ajuda da escola com o fornecimento de uma sala de aula e recursos materiais e tecnológicos para o desenvolvimento das aulas, assim como lanche no intervalo. As professoras voluntárias contam com os professores da sala de aula regular, pois a matéria

preparada para o reforço é conforme as necessidades expostas pelos educadores regentes.

Pode-se concluir que foi de grande importância o Projeto Reforço em Libras para todos envolvidos. O mesmo continua sendo realizado e continuará no ano seguinte. Os resultados obtidos superaram as expectativas, principalmente nas áreas de exatas e linguagens. O mesmo foi um suporte para a pesquisa referente a qual a melhor modalidade de ensino para o educando surdo, bilíngue ou regular. Qual atende melhor à sua formação escolar, assim como às suas necessidades de interação social? Pode-se observar um cenário bem dividido entre os autores na área da Língua Brasileira de Sinais quanto a qual a melhor modalidade de ensino para o educando com surdez, mas os mesmos possuem, em comum, o interesse de que o educando tenha suas necessidades específicas atendidas, bem como pleno desenvolvimento das suas capacidades cognitivas e sociais. É comum o desejo de que estes possam se tornar indivíduos ativos na meio social em que estão inseridos, e não apenas marionetes do sistema.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei Federal 10.436*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Presidência da República, 2002.

_____. *Decreto Nº 5.626* - regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, Presidência da República, 2005

BRITO, L. F. *Integração social e educação de surdos*. Rio de Janeiro: Babel, 1993.

CNE. Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001.

FERNANDES, Florestan. *Comunidade e Sociedade: Leitura sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. Editora da Universidade de São Paulo. 1973

FRANCO, M. Currículo & emancipação. In SKLIAR, C. (org). *Atualidade da educação bilíngue para surdos*. Porto Alegre: Mediação, 1999.

LACERDA, C. B. F. de.; SANTOS, L. F. dos; CAETANO, J. F. *Estratégias metodológicas para o ensino de alunos surdos. In Língua brasileira de sinais – Libras uma introdução.* UAB-UFSCar. São Paulo, p. 103-118, 2011.

LIMEIRA DE SÁ, N. R. *Cultura, poder e educação de surdos.* Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2002.

MOURA, M. C. de. *O Surdo.* Rio de Janeiro: Revinter, 1999

SASSAKI, R. K. *Inclusão: Construindo uma sociedade para todos.* Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SASSAKI, R. K. *Inclusão: Construindo uma sociedade para todos.* 3.ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

SILVA, A. C. da. A representação social da surdez: entre o mundo acadêmico e o cotidiano escolar. In: FERNANDES, Eulália (org.). *Surdez e bilinguismo.* Porto Alegre: Editora Mediação, 2005.

UNESCO. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educacionais especiais.* nas áreas das necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, s/l, 1994.

KUBASKI, C; MORAES, V. P; O Bilinguismo como proposta educacional para crianças surdas; IX Congresso Nacional de Educação- EDUCERE; III Encontro sul brasileiro de psicopedagogia; PUCPR, Anais ... Curitiba: Editora Champagnat, 2009.

